

ABRINDO “VAREDAS” PARA O FUTURO: A FORÇA E A RESILIÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MACIÇO DE BATURITÉ

João Victo Freitas da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB)

Ana Carolina da Silva Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB)

Virna Braga Marques

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB)

Flavia Cavalcante Tavares

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao
Trabalhador (CETRA)

RESUMO

Este trabalho relata a experiência da produção do documentário “Abrindo Varedas para o Futuro”, que retrata a força e a resiliência da agricultura familiar, com foco na comunidade os Franças na região do Maciço de Baturité. A pesquisa utilizou o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para coletar e analisar dados qualitativos, permitindo que os agricultores expressassem suas percepções e experiências. O objetivo foi apresentar as contribuições dessas comunidades para o desenvolvimento de práticas agroecológicas sustentáveis e a preservação de suas identidades culturais. O documentário aborda histórias de resistência e inovação, enfatizando os desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados pelas famílias. Entre as técnicas aplicadas no DRP estão o Mapeamento Participativo, Caminhada Transversal e entrevista semiestruturada, que possibilitaram uma análise da realidade local. Além de documentar as experiências, a produção audiovisual busca sensibilizar o público e influenciar a formulação de políticas públicas inclusivas e eficazes. O uso de imagens e vídeos pode possibilitar uma compreensão visualmente rica do cotidiano dessas comunidades, favorecendo uma conexão mais empática e direta. O trabalho também se compromete com a inclusão social, garantindo a acessibilidade do conteúdo audiovisual através de legendas e linguagem de sinais.

Palavras-chave: agroecologia; comunidades tradicionais; juventude rural.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o movimento dos agricultores familiares na região nordeste, especialmente no estado do Ceará, tem emergido como um dos principais agentes na produção de alimentos de base agroecológica, destacando-se pela resiliência e pelo compromisso com a sustentabilidade. Segundo Gomes e Amorim (2019), a agricultura familiar não só fortalece a segurança alimentar, mas também representa um espaço onde as dinâmicas sociais e de poder refletem as desigualdades da sociedade. Nesse contexto, compreender as estratégias desses agricultores para enfrentar desafios, bem como o papel das políticas públicas em suas práticas, é fundamental para o desenvolvimento local.

Um documentário pode retratar as experiências e desafios enfrentados pelos agricultores, além de destacar o cotidiano, podendo dar voz e visibilidade às suas histórias. Dessa forma, esse tipo de abordagem pode facilitar a troca de saberes e experiências entre os diferentes grupos sociais, contribuindo para a construção de um conhecimento coletivo que valorize as práticas locais e as identidades culturais apresentadas (FONTOLAN *et al.*, 2022).

A justificativa para a produção deste trabalho reflete a importância de criar “varedas” – caminhos que promovam a integração social e econômica nas comunidades agrícolas da região do Maciço de Baturité. O termo “vareda” é usado em sua acepção rural como uma passagem que facilita a mobilidade, simbolizando, neste contexto, a criação de oportunidades e a superação de obstáculos ao desenvolvimento e à inclusão social da agricultura familiar (SIGNIFICADO DE VAREDA, 2015). Portanto, esta expressão pode ser interpretada como uma metáfora para a criação de oportunidades e para a superação de limitações, no desenvolvimento e na inclusão social, especialmente em contextos como o da agricultura familiar.

Esse relato visa, sobretudo, analisar o cotidiano das famílias por meio de ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como o mapeamento participativo, a caminhada transversal e entrevista semiestruturada, que podem possibilitar uma análise mais profunda da realidade local (VERDEJO, 2006).

Este relato de experiência, parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Agronomia, foi desenvolvido por um estudante da própria comunidade retratada, que, além de representar a juventude rural, traz uma perspectiva autêntica sobre a agricultura familiar. A narrativa aprofunda-se na realidade vivida pela

comunidade e explora como as práticas agrícolas se moldam frente aos desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados em um contexto local. A trajetória desse jovem destaca a importância da formação de novos profissionais e do retorno qualificado que eles podem oferecer a suas comunidades após a graduação, fortalecendo, assim, o desenvolvimento local. Essa experiência também ilustra a relevância das políticas de interiorização do ensino superior, que democratizam o acesso à educação e promovem impactos sociais duradouros nos mais diversos territórios do país.

A escolha pela produção audiovisual responde ao objetivo de registrar as histórias das famílias locais de maneira visualmente rica, capturando detalhes muitas vezes ausentes em textos e promovendo uma conexão mais profunda entre o público e os protagonistas da pesquisa (MICHELETTI; CORRÊIA, 2022).

Com o objetivo de ir além de um simples registro, o documentário também busca sensibilizar o público e os formuladores de políticas públicas para as necessidades e potencialidades dessas comunidades, permitindo que a narrativa desses trabalhadores, frequentemente marginalizados nas discussões sobre sustentabilidade, possa ser ouvida. Além disso, ao incorporar legendas e recursos de acessibilidade pode-se ampliar o alcance social do projeto e promover desta forma a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, permitindo que um público mais diversificado se engaje com as realidades retratadas.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é relatar a experiência da produção de um documentário audiovisual, que retrata a força e a resiliência da agricultura familiar no Maciço de Baturité. O relato abordará as histórias de resistência e inovação nessas comunidades, evidenciando suas contribuições para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e a preservação de suas identidades culturais.

Dessa forma, se configura como uma ferramenta educativa e de conscientização, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa fomentar um engajamento social ativo e incentivar políticas inclusivas e eficazes para o desenvolvimento local das comunidades rurais. Portanto, atendendo aos requisitos acadêmicos e fortalecendo o compromisso do estudante com o desenvolvimento sustentável e as políticas de apoio à agricultura familiar,

alinhando-se aos objetivos do curso de Agronomia do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

METODOLOGIA

Diagnóstico Rural Participativo - DRP

Segundo Chambers (1994), o DRP permite que as comunidades rurais sejam protagonistas na construção do conhecimento, valorizando suas percepções e experiências, e possibilitando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais locais. Para a coleta e análise dos dados da pesquisa foi utilizada a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo - DRP descrita por Verdejo (2006), sendo lecionadas três ferramentas: caminhada transversal, mapa participativo e entrevista semiestruturada.

Mapeamento Participativo: Consiste em um instrumento do DRP que possibilita uma análise da configuração dinâmica do território estudado. Isso tudo é feito com base na percepção dos indivíduos e do conhecimento histórico adquirido. São feitas representações cartográficas, que caracterizam não apenas as características físicas, mas principalmente as dinâmicas socioculturais vivenciadas.

Caminhada Transversal: Esta técnica consiste em percorrer uma determinada propriedade, acompanhada por pessoas pertencentes à comunidade, de preferência pessoas que tenham bastante conhecimentos da área a fim de repassar conhecimento referente à produção, ao meio ambiente entre outros. Nessa caminhada devem ser feitas discussões em torno dos assuntos propostos, como por exemplo, a conservação do solo, nascentes e matas ciliares.

Entrevista semiestruturada: Um roteiro flexível é utilizado para orientar a conversa, permitindo que o entrevistador faça perguntas previamente planejadas, mas também explore temas adicionais conforme as respostas dos participantes. Isso possibilita uma coleta de dados rica e detalhada, onde os entrevistados têm a liberdade de expressar suas opiniões e experiências de maneira espontânea.

O DRP foi aplicado em quatro famílias de agricultores que residem na comunidade os França's, permitindo que os próprios participantes identificassem, discutissem e priorizassem as questões mais relevantes em suas realidades. Essa

abordagem visa valorizar o conhecimento local e estimular a participação ativa da comunidade na construção do conhecimento e na identificação de possíveis soluções para os desafios enfrentados.

Produção e Elaboração do Documentário Audiovisual

A utilização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como metodologia de pesquisa desempenhou um papel fundamental na construção do roteiro do audiovisual, ao permitir uma interação direta e colaborativa com os agricultores familiares. Os itens utilizados nas entrevistas foram fundamentais para a construção do roteiro e da montagem das imagens no audiovisual, pois fornecem uma estrutura narrativa e visual que possibilitou contar a história de uma forma coerente e imersiva, conectando o público com a realidade dos agricultores.

Após a coleta, os dados foram transcritos e analisados utilizando a análise de conteúdo, a fim de identificar as principais categorias temáticas e os pontos de convergência nas falas dos entrevistados. Segundo Bauer e Gaskell (2007), “a análise de conteúdo em projetos audiovisuais serve para identificar e categorizar temas recorrentes em dados qualitativos e visuais, contribuindo para a construção de narrativas coerentes e informativas.

Durante as gravações, foram capturadas não apenas as falas dos agricultores, mas também imagens que retratavam o cotidiano e as práticas agrícolas na comunidade. O documentário foi elaborado combinando as entrevistas e as imagens capturadas em campo de forma a compor uma narrativa concisa e instigante. Para publicação do documentário foi solicitado aos participantes a autorização de uso de Imagem, voz e som, documento que assegura que o material captado possa ser utilizado em exibições públicas, como em documentários, filmes ou vídeos, sem violar os direitos de privacidade das pessoas envolvidas, de acordo com a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998).

A abordagem participativa adotada na pesquisa permitiu que as famílias agricultoras fossem protagonistas no processo de construção do conhecimento, sendo suas vivências e saberes fundamentais para o entendimento das dinâmicas locais. O documentário produzido foi apresentado inicialmente às comunidades participantes, a fim de validar o conteúdo e obter o feedback dos agricultores sobre a representação de suas histórias. Em seguida, serão realizadas exibições

públicas e em instituições educacionais, além de ser disponibilizado em plataformas digitais, para ampliar o alcance e a disseminação dos resultados da pesquisa. A metodologia proposta, ao combinar o Diagnóstico Rural Participativo com a produção audiovisual, busca não apenas documentar, mas também valorizar e dar voz aos agricultores familiares, promovendo uma compreensão mais profunda e sensível das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que permeiam o nordeste brasileiro.

DETALHAMENTO DA EXPERIÊNCIA

Caracterização da área

Este trabalho foi realizado no Sítio os França, localizado no distrito de Morenos, no município de Acarape-CE, coordenadas geográficas Latitude: 4° 13' 36" Sul, Longitude: 38° 42' 28" Oeste (IPECE, 2006). O clima do município, de acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger é o descrito como clima tropical com estação seca (FUNCEME/IPECE, 2006). Os tipos de relevo da região são maciços residuais, depressão sertaneja. Os solos existentes no município são: solos aluviais, areias quartzosas distróficas, planossolo solódico, podzólico vermelho-amarelo. A vegetação é considerada caatinga arbustiva densa.

O distrito de Morenos é caracterizado por uma população diversificada de pequenos agricultores familiares. Segundo relatos da comunidade acredita-se que o distrito é conhecido como Morenos devido a um antigo agricultor e morador do local, que tinha o apelido de "Moreno" devido a sua pele ser retinta. Com o passar do tempo, a presença desse indivíduo tornou-se tão marcante e influente na região que o lugar acabou sendo informalmente batizado com o nome de Morenos. A designação, inicialmente usada de forma casual entre os habitantes, eventualmente consolidou-se, refletindo a importância desse morador para a identidade e a história do local.

Já a comunidade conhecida como os França recebeu esse nome devido à presença de uma família de agricultores com o sobrenome França que reside na região desde meados de 1885 (segundo os mais velhos), até mesmo antes do distrito de Morenos ser fundado. Originária do estado do Rio Grande do Norte, a família de retirantes partiu para o Ceará em busca de novas oportunidades. Um momento

significativo ocorreu durante a seca de 1915, um período de estiagem severa que ficou conhecido como uma das grandes secas do nordeste brasileiro, obrigando muitos membros dessa família a deixar suas terras em busca de água e sustento. Tendo em vista a longa permanência dessa família no local fez com que o nome não apenas indicasse uma localização geográfica, mas também celebrasse a herança e a continuidade do trabalho da família na localidade.

Segundo Silva (2015), a toponímia de muitas localidades rurais é frequentemente influenciada por famílias ou indivíduos marcantes que residiam na área, resultando em nomes que refletem a herança e a história desses moradores.

O distrito de Morenos, na cidade de Acarape, Ceará, apresenta condições agronômicas típicas do semiárido nordestino com temperaturas elevadas que variam entre 26°C e 32°C ao longo do ano. A precipitação anual é baixa e irregular, concentrando-se principalmente entre os meses de fevereiro e maio, com médias entre 600 mm e 800 mm. Esta região possui um clima tropical seco e quente, restrições hídricas, baixos índices pluviométricos, bioma do tipo Caatinga e sensíveis adversidades socioeconômicas, a exemplo da pobreza, baixa escolaridade e indicadores de saúde precários (IBGE, 2017).

As principais culturas agrícolas da região incluem milho, feijão, mandioca, e pastagens para alimentação animal, que são escolhidas por sua resistência à seca. E além da agricultura, a pecuária desempenha um papel importante na economia local, com a criação de gado, caprinos e ovinos e abelhas sem ferrão. Essas práticas de manejo são adaptadas para lidar com a pastagem limitada e a necessidade de suplementação alimentar durante os períodos de seca prolongada, haja vista que tecnologicamente, a agricultura de sequeiro, que depende das chuvas, é predominante.

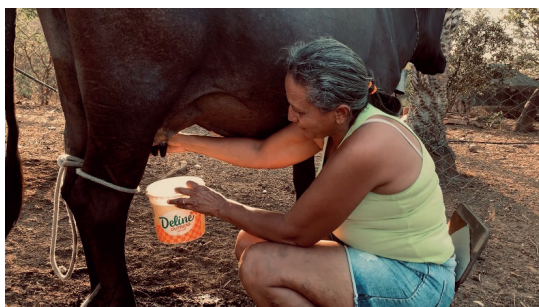
Principais temáticas levantadas

Dinâmicas de gênero

Durante o período de observação, ficou evidente o papel central das mulheres na implementação de práticas agroecológicas. Em muitas famílias envolvidas na pesquisa, as mulheres são as principais responsáveis por seus quintais, hortas domésticas, e pela gestão de recursos naturais, utilizando técnicas sustentáveis

que garantem a segurança alimentar de suas famílias. Um relato que se fez bastante interessante durante a pesquisa foi o de Dona Jurlene, que mesmo com seu trabalho de pedagoga, e por ter tido vivências urbanas por um tempo, sempre possuiu interesse em processos agropecuários pela influência de sua mãe e seu pai, a mesma relatou que *"Independente do meu trabalho, eu me preocupo com o que eu como, e de como eu estou interferindo na natureza"*.

Figura 1 - Dona Jurlene, pedagoga, agricultora, em uma de suas atividades rurais desenvolvidas na propriedade.



Fonte: Acervo Pessoal.

Para além do seu quintal com alguns tipos de plantas frutíferas, dona Jurlene também trabalha com a produção de bolos, bolos de pote, queijo, iogurte, dentre outros, para compor a renda da família, mas infelizmente a comunidade ainda não possui uma feira e os produtos são vendidos por meio das redes sociais. Outro relato importante foi o de Dona Márcia (Figura 2) onde a mesma retrata que durante a pandemia do COVID-19 teve que retornar a morar na zona urbana próximo a sua comunidade (Água Verde Guaiuba), e se encontrou em um quadro de depressão. Alegou que retornar ao sítio os Françaes foi como uma terapia, onde ela cita todas as plantas ornamentais e frutíferas que a mesma possui e que: "a importância de plantar, "aguar" as plantas e esperar a colheita".

Figura 2 - Dona Márcia, crocheteira, agricultora, e dona de casa em uma de suas atividades rurais desenvolvidas na propriedade.



Fonte: Acervo Pessoal.

Interseções Étnicas

A preservação de raízes culturais é um fator central para a construção da identidade local e para a promoção da justiça social. Buscar entender as interações raciais nas comunidades é fundamental para compreender a dinâmica cultural e social dessa região. Sabendo da historicidade da cidade de Acarape, que tem forte influência africana e indígena, devido ao período colonial, reflete a diversidade étnica nestas comunidades e a importância da ancestralidade em suas práticas culturais e agroecológicas.

Nesse sentido, a ancestralidade desempenha um papel crucial na forma como as comunidades de Morenos e Sítio os França se relacionam com a terra e entre si. As práticas agroecológicas que cultivam são frequentemente baseadas em saberes tradicionais que remontam às experiências de seus antepassados. O uso de técnicas como a rotação de culturas, a conservação de sementes nativas e o respeito pelos ciclos naturais da terra são exemplos da sabedoria coletiva que se manifesta na agricultura familiar dessa comunidade.

Além disso, as interações entre as diferentes etnias presentes nessas comunidades promovem uma rica troca de saberes e práticas. As tradições indígenas e africanas se entrelaçam nas práticas agroecológicas e nos costumes cotidianos, resultando em um estilo de vida que valoriza a coletividade e a solidariedade. Portanto, o fortalecimento da identidade étnica, por meio da valorização das tradições e saberes locais, não apenas enriquece a vida cultural

do município, mas também promove o desenvolvimento sustentável, ao integrar práticas agroecológicas que respeitam o meio ambiente.

Epistemologias e Tradicionalidades

As pessoas de idade mais avançada da comunidade possuem um rico patrimônio cultural, e demonstram uma relação profunda e respeitosa com seus agroecossistemas. Observou-se que a comunidade possui um conhecimento intrínseco que favorece a implementação de técnicas agroecológicas, evidenciando a importância de respeitar e integrar esses saberes tradicionais nas políticas de desenvolvimento rural. Podendo-se dizer que a sabedoria ancestral desses grupos contribui para a adoção de práticas agroecológicas que valorizam a biodiversidade e a sustentabilidade local. Um relato interessante de ser levantado sobre essa temática é a do Sr. Francisco, (Figura 3) onde ele diz que “la para o mato cortar o mandacaru para os bichos comer, e que não existia o mal (doença), que existe hoje”.

Figura 3 - Sr. Francisco, agricultor, historiador e mestre da cultura local se preparando para suas atividades em sua propriedade.



Fonte: Acervo pessoal.

O saber tradicional dessa comunidade representa um patrimônio imaterial que vai além da mera sobrevivência em um ambiente desafiador. A valorização desses saberes pode promover um desenvolvimento mais inclusivo e adaptado às realidades locais, fortalecendo a identidade cultural e a autonomia desses povos rurais.

Estes saberes desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e na promoção da identidade das comunidades rurais, sendo um elemento essencial na transmissão de conhecimentos sobre práticas agrícolas, culinárias

e culturais. Um exemplo significativo dessa riqueza cultural é a dança do Bumba Meu Boi, uma manifestação popular que combina música, dança e teatro, celebrando as tradições nordestinas.

Apesar do valor inestimável dos saberes tradicionais, eles ainda enfrentam desafios para serem reconhecidos e integrados nas políticas públicas. O preconceito e a falta de compreensão sobre a eficácia dessas práticas muitas vezes levam à sua marginalização. As festas juninas são uma das mais vibrantes e tradicionais celebrações do Brasil, especialmente no Nordeste. Na comunidade abordada por este trabalho, as festas juninas são mais do que uma simples celebração, elas representam um verdadeiro patrimônio cultural que atravessa gerações. Comemoradas em homenagem a santos católicos como São João, São Pedro e Santo Antônio, essas festas reúnem elementos típicos como quadrilhas, fogueiras, danças, comidas típicas e músicas regionais, mantendo viva uma tradição que remonta aos antigos moradores da região.

Durante o mês de junho, a comunidade se mobiliza para organizar a festa, que envolve não apenas diversão, mas também a valorização do trabalho agrícola e das práticas culturais locais. As danças e brincadeiras resgatam costumes passados de pais para filhos, como por exemplo, o preparo de comidas à base de milho. Assim, as festas juninas reforçam o sentimento de pertencimento e orgulho comunitário, ao mesmo tempo em que preservam e celebram a rica herança cultural da comunidade.

Assim como as festas juninas, a festa da pega do boi manso realizada no mês de setembro é uma celebração profundamente enraizada nas tradições culturais da comunidade, refletindo a forte conexão com o modo de vida no campo. Este evento envolve a captura simbólica de bois soltos na caatinga, destacando as habilidades e o conhecimento dos vaqueiros, além de promover a união e o espírito de camaradagem entre os participantes.

A festa vai além de uma simples competição, pois resgata práticas ancestrais e celebra a resistência e a adaptação dos sertanejos às adversidades. Com músicas, danças e comidas típicas, a Festa da Pega do Boi Manso, é um momento de valorização da cultura local e de reafirmação da identidade e da tradição da comunidade, mantendo vivas as histórias e os costumes que moldaram a vida no sertão ao longo dos anos.

No mês de dezembro a festa da Padroeira Santa Luzia, é uma das celebrações mais significativas para a comunidade, marcando um momento de fé, devoção e união entre os moradores. Realizada anualmente, a festividade reúne uma série de atividades religiosas, como missas, procissões e novenas, além de eventos culturais e sociais que envolvem toda a comunidade.

Durante o período da festa, a pracinha da igreja ganha uma decoração especial e as famílias se reúnem para participar das celebrações, que incluem também apresentações musicais, barracas com comidas típicas e uma animada quermesse. Mais do que uma manifestação de fé, a Festa de Santa Luzia representa um momento de reafirmação da identidade e dos laços comunitários, fortalecendo o sentimento de pertencimento, e de renovação da devoção que atravessa gerações.

Segurança Alimentar e Nutricional

Sabe-se que a segurança alimentar e nutricional no Nordeste brasileiro são um desafio que envolve a adaptação de práticas agrícolas sustentáveis em um ambiente marcado pela escassez hídrica, solos áridos e variações climáticas extremas.

No entanto, mesmo diante dessas adversidades, a adoção de práticas agroecológicas dentro dos agroecossistemas se mostra como uma alternativa eficaz para garantir a produção de alimentos saudáveis e diversificados, respeitando o ecossistema local e promovendo a autonomia das comunidades rurais. A história de Sr Alberto, apicultor e agricultor do sítio os Francas, exemplifica essa realidade. Ele, que antes enfrentava longos períodos de seca sem saber se teria o suficiente para alimentar sua família, transformou sua propriedade ao adotar técnicas agroecológicas. *"Hoje, a gente não precisa mais depender de comprar alimentos caros. Aqui, a gente planta e colhe de tudo um pouco, e se sobrar vai para o mercado"*, conta ele.

Outra história inspiradora da comunidade é a de Dona Nazaré, uma agricultora que se especializou na produção de hortaliças e frutas com manejo agroecológico. Ela destaca que o conhecimento passado por gerações sobre como lidar com as adversidades do clima local foi fundamental para o sucesso de sua pequena propriedade. *"A gente aprendeu a plantar de acordo com a lua, a*

conservar as sementes e a cuidar do nosso chão. Isso tudo veio dos nossos avós e bisavós", afirma.

Outro aspecto fundamental da segurança alimentar e nutricional é a qualidade dos alimentos produzidos. A adoção de práticas agroecológicas, como o uso de adubos naturais e o controle biológico de pragas, garante que os alimentos sejam livres de agrotóxicos, mais saudáveis e nutritivos. A segurança e soberania alimentar e nutricional não dependem apenas da produção agrícola, mas de um conjunto de políticas e iniciativas que promovam a resiliência dos agroecossistemas, a autonomia dos agricultores e o fortalecimento das comunidades rurais. Histórias como a de Seu Alberto e Dona Nazaré demonstram que, com o suporte adequado e a valorização dos saberes tradicionais, é possível transformar as dificuldades impostas pelo clima em oportunidades para a produção de alimentos saudáveis, promovendo a saúde das famílias e a sustentabilidade do ecossistema local.

Problemáticas recorrentes

O Nordeste brasileiro é uma região marcada por desafios socioeconômicos e ambientais que impactam significativamente a vida de seus habitantes. Sabe-se que esses problemas são complexos e interligados, como por exemplo, a pobreza, a escassez de água e a falta de acesso a serviços essenciais perpetuam um ciclo de vulnerabilidade. Histórias de famílias, como a da senhora Nazaré, uma agricultora de 74 anos, revelam as dificuldades enfrentadas. Dona Nazaré relatou que sua produção de milho e feijão foi drasticamente reduzida devido à falta de chuva, tornando difícil sustentar sua família.

O acesso a serviços básicos, como saúde e educação, também é comprometido. Durante o inverno, principalmente, os moradores da região destacam que enfrentam sérias dificuldades de mobilidade devido às enchentes e aos buracos que frequentemente tornam a estrada intransitável. Esse problema não apenas complica a logística de compra e venda de insumos, impactando negativamente a economia local, mas também agrava significativamente a situação das pessoas idosas, que encontram grandes obstáculos para acessar os serviços de saúde necessários. No caso do Sr. João, um trabalhador rural de 75 anos, a necessidade de um tratamento médico urgente foi adiada por semanas, devido à dificuldade de locomoção até a cidade mais próxima.

Além disso, a educação das crianças e dos jovens é prejudicada, pois as condições da estrada impedem o deslocamento regular para as escolas. Essas dificuldades de mobilidade durante o inverno destacam a vulnerabilidade das comunidades rurais e a necessidade de melhorias na infraestrutura viária para garantir a segurança e o bem-estar dos moradores em todas as estações do ano.

DISCUSSÃO

Os relatos apresentados neste trabalho demonstram muito bem a importância de temas centrais como as dinâmicas de gênero, as interseções étnicas, epistemologias e tradições, segurança alimentar e nutricional e demais problemáticas recorrentes, dentro das comunidades rurais. Entre os principais desafios identificados na comunidade, o que se destaca é a falta de reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres.

Apesar das adversidades, as mulheres rurais têm demonstrado resiliência e protagonismo em diversas iniciativas. Um exemplo significativo de fomento a isso é o projeto Quintais das Margaridas, com o objetivo de promover a produção de alimentos saudáveis em quintais produtivos de mulheres no Nordeste brasileiro, o projeto Quintais das Margaridas organiza a produção de alimentos de 1.120 mulheres, em 42 municípios dos nove estados nordestinos, totalizando 80 áreas produtivas. O projeto é executado por 14 organizações que compõem a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e faz parte do Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) – a partir de reivindicação antiga dos movimentos populares, presente na 7ª edição da Marcha das Margaridas, em 2023.

A literatura demonstra que as mulheres são fundamentais na criação e manutenção de hortas domésticas, utilizando técnicas sustentáveis que não apenas garantem a segurança alimentar, mas também promovem a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, assim, desempenhando um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do seu território rural. Sua importância não se limita à participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, mas está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores. (CARNEIRO, 2001).

No entanto, enfrentam desafios significativos relacionados às normas de gênero tradicionais, que muitas vezes limitam seu acesso a recursos e a participação em espaços de decisão. Michelle Perrot (2007) aponta que ao longo da história as mulheres sempre trabalharam, mas raramente suas atividades são vistas como um trabalho e é comum serem reconhecidas como “ajuda”.

Silva (2005) afirma que a secundarização do trabalho feminino na agricultura familiar e na sociedade como um todo é consequência de uma tendência a supervalorizar a dimensão produtiva do trabalho, deixando de lado as atividades que não se coloquem nesta perspectiva.

A Rede de Mulheres do Semiárido merece destaque, onde a mesma atua na promoção de direitos e no fortalecimento da liderança feminina em diversas comunidades. A organização tem contribuído para a construção de cisternas e a implementação de tecnologias sociais voltadas para a convivência com a seca, permitindo que as mulheres se tornem agentes transformadoras em suas localidades (ASA, 2024).

A divisão sexual do trabalho se apresenta como um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres, onde muitas vezes acumulam funções, muitas vezes sem o devido reconhecimento. A representação do trabalho como “ajuda” está muitas vezes associada também à oposição entre trabalho pesado, quando se trata de um trabalho realizado pelo homem, e leve, quando realizado pela mulher. Nesse sentido, “o trabalho não é definido com base no que ele realmente demanda do trabalhador ou trabalhadora, mas conforme o sexo de quem o realiza: qualquer que seja o trabalho realizado por homem é pesado e quando realizado pela mulher é leve” (Paulilo, 1987).

A análise de Herrera *et al.* (2013) também aponta para a necessidade de uma maior presença das teorias feministas nas discussões sobre gênero e ruralidade, sugerindo que a inclusão dessas perspectivas pode enriquecer a compreensão das dinâmicas de gênero em contextos agroecológicos. A pesquisa de Caminhas (2022) reforça essa ideia ao mostrar que o protagonismo feminino nas feiras agroecológicas é essencial para a segurança alimentar, destacando como as mulheres gerenciam a produção de uma variedade de alimentos que sustentam suas famílias e contribuem para a economia local.

Além disso, a pesquisa de Maciazeki-Gomes *et al.* (2020) explora a intersecção entre gênero, política e produção de subjetividade, revelando como a participação das mulheres em movimentos sociais pode transformar suas identidades e fortalecer sua posição na sociedade. Dos Santos e da Silva (2019) também discutem a importância do tempo e do trabalho das mulheres no contexto agrícola, evidenciando como suas atividades são fundamentais para a produção de alimentos e para a manutenção da segurança alimentar nas comunidades.

Nesse sentido, constata-se que as mulheres desempenham um papel central na agroecologia, não apenas como produtoras, mas também como agentes de mudança social e política em seus territórios. Assim, a promoção da equidade de gênero e o reconhecimento do trabalho dessas mulheres são essenciais para o fortalecimento das práticas agroecológicas, e para a construção de um futuro sustentável no campo.

Com relação às interseções étnicas, estudos demonstram que a ancestralidade e as práticas culturais agroecológicas são fundamentais para a identidade dessas comunidades, como evidenciado por Santos *et al.* (2022), que discutem como a agroecologia trata as pautas e as contribuições colocadas pelas mulheres negras que estão na construção desse campo do conhecimento, compreendendo como a intersecção, envolvendo as questões de raça, gênero, classe e outros marcadores, é tratada na agroecologia, refletindo sobre os impactos da colonialidade na agroecologia. Portanto, as interseções étnicas em Acarape refletem uma complexa teia de relações que são essenciais para a construção da identidade local e para a promoção da justiça social. A valorização da ancestralidade e a compreensão das dinâmicas sociais são fundamentais para que essas comunidades possam prosperar e preservar suas raízes culturais.

Na temática de epistemologias e tradições, uma prática importante executada por alguns agricultores é a “roça de toco”, uma técnica agrícola que consiste no cultivo em pequenas áreas de vegetação derrubada, preservando a fertilidade do solo e permitindo a regeneração natural da vegetação. Esta técnica é utilizada em comunidades quilombolas da região do Cariri cearense e se baseia no conhecimento ancestral transmitido oralmente de geração em geração (SILVA, 2018). O autor ainda destaca que os saberes tradicionais desempenham um papel crucial nas políticas de desenvolvimento rural, pois incorporam conhecimentos

locais e práticas sustentáveis que são essenciais para a resiliência das comunidades e a conservação dos recursos naturais.

As epistemologias tradicionais são de grande importância para o desenvolvimento rural sustentável, pois essas técnicas, como aponta Ferreira (2021), são vistas como 'atrasadas' ou 'supersticiosas', ignorando-se o fato de que são baseadas em séculos de observação e adaptação ao ambiente." Nas comunidades quilombolas do Cariri cearense, essa prática agrícola tradicional apresentada não só contribui para a fertilidade e a regeneração natural do solo, mas também reflete uma relação de respeito com a terra, que valoriza a continuidade e o equilíbrio ecológico.

Nesse sentido, ao se integrar esses saberes aos programas de políticas públicas, seria possível promover uma maior resiliência das comunidades e a conservação dos recursos naturais, reconhecendo o valor da diversidade de conhecimentos locais e impulsionando um modelo de desenvolvimento que respeite as especificidades culturais e ambientais de cada região. Dessa forma, as epistemologias tradicionais não apenas enriquecem o campo da agroecologia, mas tornam-se pilares fundamentais para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Outra temática de grande relevância apresentada nos relatos da comunidade é a questão da segurança alimentar e nutricional. Que pode ser alcançada através da implantação de sistemas agroecológicos que integrem o uso sustentável dos recursos naturais com o conhecimento tradicional dos agricultores. Segundo Altieri (2002), a agroecologia é uma ciência que busca construir sistemas agrícolas resilientes e autossustentáveis, promovendo a biodiversidade e minimizando o uso de insumos externos.

Segundo estudos de Guanziroli *et al.* (2012), a agricultura familiar contribui significativamente para a dieta das famílias e da comunidade, pois os alimentos produzidos localmente são mais diversificados e acessíveis, o que combate a desnutrição e promove a saúde. Além disso, a soberania alimentar está diretamente relacionada ao controle que as comunidades têm sobre a produção e o acesso aos alimentos. Conforme Schmitt (2015), a soberania alimentar permite que os agricultores definam suas próprias políticas alimentares e métodos de produção, livres da dependência de grandes corporações e mercados internacionais. Essa autonomia é essencial para que as famílias possam enfrentar crises econômicas

e climáticas, garantindo que os alimentos sejam produzidos localmente e de forma sustentável.

Contudo, a insegurança alimentar ainda é uma realidade para muitas famílias do nordeste, especialmente em tempos de seca extrema. O agravamento das mudanças climáticas tem intensificado as dificuldades de produção, e, em muitas áreas, a falta de políticas públicas eficazes prejudica o acesso dos agricultores a tecnologias adaptadas e a mercados justos. Para enfrentar esses desafios, é fundamental que programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) sejam ampliados e fortalecidos, assegurando que as práticas sustentáveis sejam incentivadas e que os agricultores familiares tenham apoio para enfrentar as adversidades climáticas e econômicas.

Além das temáticas apresentadas, existem inúmeros problemas recorrentes que se tornam grandes desafios para a melhoria da qualidade de vida no campo. Estudos mostram que muitas comunidades rurais têm dificuldade em acessar unidades de saúde devido à distância e à falta de transporte (MAGALHÃES *et al.*, 2022).

Em muitas regiões rurais, as enchentes exacerbam as desigualdades econômicas e sociais, aumentando a vulnerabilidade das populações locais. Conforme o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, as diferenças sociais baseadas em localizações, riqueza, gênero e idade têm um impacto poderoso, mas pouco compreendido, sobre a vulnerabilidade das pessoas rurais aos impactos da crise climática. Essas diferenças destacam a necessidade urgente de mais recursos financeiros e atenção política dedicada a questões de inclusão e resiliência nas ações climáticas globais e nacionais (FAO, 2023).

Além dos danos físicos às propriedades, as inundações têm impactos profundos nos meios de subsistência locais e na segurança alimentar. Um aspecto crucial para a mitigação para além desses impactos são as políticas do programa de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) que têm sido fundamentais. A ATER é uma estratégia para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, oferecendo suporte técnico e orientação para agricultores familiares na convivência com o semiárido.

Segundo o site gov.br a Assistência Técnica e Extensão Rural ATER são atribuições regimentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA), conforme estabelece a Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016, que trata da estrutura regimental deste ministério. Deste modo, compete à Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER), qual está vinculada ao Departamento de Integração e Mobilidade Social (DIMS), da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC) coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);

A escassez de recursos financeiros e técnicos pode limitar a capacidade da comunidade de expandir e aprimorar suas práticas. Portanto, é crucial que haja políticas públicas sejam implementadas com foco na gestão hídrica, no desenvolvimento econômico e na melhoria da infraestrutura social, visando a melhoria da qualidade de vida nesta região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos apresentados neste trabalho evidenciam a força, a resiliência e a riqueza de conhecimentos tradicionais que caracterizam as comunidades rurais do Maciço de Baturité. O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) realizado, revelou não apenas os desafios enfrentados, mas também o protagonismo dos agricultores e, em especial, das mulheres, cujas contribuições são essenciais para a segurança alimentar, a sustentabilidade e a economia local. Possibilitando a criação de um documentário com registro fiel das práticas agroecológicas e da resistência cultural dessas comunidades, no enfrentamento de adversidades climáticas, sociais e econômicas.

O papel das mulheres é um ponto central e urgente neste contexto, visto que, apesar dos obstáculos de gênero e da falta de reconhecimento, elas permanecem como pilares da agroecologia e da manutenção das tradições. Além disso, a valorização das epistemologias tradicionais e a preservação da ancestralidade nas práticas agrícolas são fundamentais para a construção de políticas públicas mais eficazes. As questões de segurança alimentar e nutricional também se destacam como um tema essencial para a sustentabilidade das comunidades rurais. Através de sistemas agroecológicos e da soberania alimentar, essas comunidades têm a capacidade de se tornarem menos dependentes de grandes mercados e corporações, fortalecendo sua autonomia. Para que isso seja possível, é necessário

que programas de apoio como o PRONAF e o PAA sejam fortalecidos e adaptados para atender às necessidades locais.

Por fim, o acesso precário a recursos de saúde, educação e assistência técnica, combinado com os impactos das mudanças climáticas, representa um desafio contínuo para a qualidade de vida no campo. Nesse sentido, a ampliação de programas como o ATER e o fortalecimento da infraestrutura social e econômica são passos fundamentais para a promoção de uma convivência sustentável e digna nas comunidades rurais.

Portanto, o futuro das comunidades rurais no Maciço de Baturité depende de uma articulação sólida entre o conhecimento tradicional, a inclusão social e a formulação de políticas públicas comprometidas com a justiça social e ambiental. Através do reconhecimento e apoio a essas práticas, é possível pavimentar “vareadas” para um desenvolvimento sustentável e justo, onde o conhecimento ancestral e a resiliência sejam pilares para a construção de um futuro inclusivo e respeitoso com as raízes culturais e os desafios contemporâneos dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária; AS-PTA, 2002. 592 p.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Quintais das Margaridas: produção de alimentos saudáveis em quintais produtivos**. Disponível em: <https://www.asa.br>. Acesso em: 13 set. 2024.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAMINHAS, A. M. T. **As Feiras Agroecológicas, a Segurança Alimentar e o Protagonismo Feminino nos Quintais Produtivos da Agricultura Familiar: A Contribuição para a Prática da Agenda 2030**. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 1, p. 4184-4200, 2022.

CARNEIRO, M. J. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Biblioteca Virtual. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>. Acessado em 01 out. 2024.

DE CÁSSIA, R. M., *et al.* **Participação política e subjetividade–Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. Psico, v. 47, n. 2, p. 148-158, 2016.

DA SILVA, R. A. D.; DE SOUZA, F. M.; LICHSTON, J. E. **A mulher no contexto da agricultura familiar no sertão do Rio Grande do Norte**. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, p. e509101019060-e509101019060, 2021.

FERREIRA, M. S. **Epistemologias do Sul: saberes e práticas no Semiárido Brasileiro**. Fortaleza: UFC, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Heatwaves and floods affect rural women and men differently, widen income gap**. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/heatwaves-and-floods-affect-rural-women-and-men-differently-widen-income-gap/en>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FONTOLAN, M. V.; FERRAREZE, R. B.; SIGNOR, A.; LIMA, R. S. ODS 2: **fome zero e agricultura sustentável no contexto rural**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 29, n. 00, p. e022004, 2022. DOI: 10.20396/san.v29i00.8665666. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665666>. Acesso em: 27 out. 2024.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS; IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal, Acarape**. 2006.

GUANZIROLI, C. *et al.* Agricultura familiar e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 335-354, 2012.

GOMES, S. A. B.; AMORIM, L. B. DE. Agricultura familiar: importância e dificuldades da inserção na alimentação escolar na microrregião de Picos – PI. **PesquisAgro**, v. 1, n. 1, p. 39-48, 1 fev. 2019.

HERRERA, K. M. **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acarape: panorama e características da população e do território**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil municipal de Acarape**. Fortaleza: IPECE, 2006.

MAGALHÃES, D. L. *et al.* **Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural**. Research, Society and Development, v. 11, n. 3, p. e50411326906-e50411326906, 2022.

MICHELETTI, D.; CORRÊA, A. O uso da energia solar fotovoltaica como incentivo ao desenvolvimento rural sustentável. **Conjecturas**, v. 22, p. 650-670, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1790-2L06.

O que é Assistência Técnica? Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ater/o-que-e-assistencia-tecnica>>.

PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987

PERROT, M.. **Minha história sobre as mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007

SCHMITT, C. J. Soberania alimentar e a agroecologia no contexto do semiárido brasileiro. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 23-32, 2015.

SANTOS, C. J. **A cor da agroecologia: intersecções entre raça e gênero na construção do conhecimento agroecológico**. 2022.

SILVA, A. B. Os saberes tradicionais e as políticas de desenvolvimento rural. **Revista de Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2018.

SILVA, M. L. **Toponímia e História: a influência de famílias na nomeação de localidades rurais**. 1. ed. São Paulo: Editora Universitária, 2015.

SILVA, C. **Nosso trabalho tem valor:** mulher e agricultura familiar. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia/ Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, 2005.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade.** Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-207, 2010.

VERDEJO, M. C. **Diagnóstico rural participativo: guia prático.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2006..